



MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ Nº. 75.829.416/0001-16

Avenida Brasil, 256 – Centro – CEP 86290-000 - Rancho Alegre-PR.

DECRETO Nº 047/2019

REGULAMENTA A LEI MUNICIPAL Nº. 408, DE 01 DE MARÇO DE 2019, QUANTO À REALIZAÇÃO DE ACORDOS DIRETOS COM CREDORES DE PRECATÓRIOS, RELATIVOS À ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO E À CÂMARA DE CONCILIAÇÃO DE PRECATÓRIOS – CCP, CONFORME PREVISTO NO ART. 97, § 8º, DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS – ADCT, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE, Estado do PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e,

Considerando que, a despeito do redobrado esforço do Poder Executivo Municipal na tarefa de adimplemento dos valores devidos pelo Município de Rancho Alegre, na modalidade precatório, novas soluções e estratégias devem ser encampadas, voltadas ao cumprimento das metas fixadas pela Constituição Federal e pelo Pretório Supremo Tribunal Federal, para quitação dos valores ainda pendentes e dos quantitativos porventura devidos ao longo dos próximos anos a título de precatórios;

Considerando que, embora a Emenda Constitucional nº. 62, de 9 de dezembro de 2009, ao alterar o texto do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, – ADCT, da Constituição Federal de 1988, tenha apresentado inovações legislativas voltadas à sistemática de pagamento de créditos fixados na modalidade de precatórios, como, por exemplo, o regime especial de pagamentos, devem os Municípios adotar e observar o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, na modulação de efeitos da declaração de inconstitucionalidade do regime especial de precatórios instituído no artigo 97, do ADCT, conforme decisões proferidas nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade – ADIs nºs. 4.357/DF e 4.425/DF, que limitou, até dezembro de 2020, o prazo para a quitação dos respectivos precatórios;

Considerando que, da análise conjunta e sucessiva de todas as decisões produzidas nos autos das ADIs nºs. 4.357/DF e 4.425/DF, no tocante ao pagamento dos precatórios, foi mantida a possibilidade de realização de acordos diretos, observada a ordem de preferência dos credores e de acordo com lei própria da entidade devedora, com redução máxima de 40% do valor do crédito atualizado;

Considerando as novas premissas estratégicas do Município, e visando o cumprimento integral da normatização constitucional, legal e do entendimento firmado pelo referido Tribunal Superior, objetiva-se viabilizar o pagamento dos precatórios por acordo direto com os credores, mediante desconto de até 40% (quarenta por cento) do valor atualizado do crédito, resultando em economicidade ao erário Municipal, e possibilitando que a diferença obtida via acordo seja aplicada para o pagamento de outros precatórios, atendendo um maior número de munícipes com os mesmos recursos públicos, em patente homenagem aos princípios da eficiência e da primazia do interesse público;

Considerando que a Lei Municipal nº. 408, de 01 de Março de 2019, ao autorizar o Poder Executivo a realizar acordos diretos com credores em precatórios e ao instituir a Câmara de Conciliação de Precatórios – CCP, estabelece que a estrutura, organização,



MUNICIPIO DE RANCHO ALEGRE

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ Nº. 75.829.416/0001-16

Avenida Brasil, 256 – Centro – CEP 86290-000 - Rancho Alegre-PR.

composição e competência da Câmara de Conciliação de Precatórios, os procedimentos necessários à realização de acordos diretos, os critérios de habilitação de credores e os demais elementos previstos na presente Lei, serão regulados por Decreto expedido pelo Chefe do Poder Executivo Municipal,

DECRETA:

TÍTULO I **DISPOSIÇÃO PRELIMINAR**

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre os procedimentos necessários à realização de acordos diretos em precatórios, inclusive diretamente pela via judicial, os critérios de habilitação de credores, a estrutura, organização, composição e competência da Câmara de Conciliação de Precatórios, e demais elementos previstos na Lei Municipal nº. 408, de 01 de Março de 2019.

TÍTULO II **DO ACORDO DIRETO EM PROCESSO DE PRECATÓRIO**

Art. 2º O Município poderá apresentar, por intermédio da Procuradoria do Município, diretamente ao Poder Judiciário nos autos dos respectivos precatórios, as propostas para os acordos de que tratam o *caput* deste artigo, com o desconto de até 40% (quarenta por cento) sobre o valor devido e atualizado do crédito, incluídas as contribuições previdenciárias e outros tributos porventura incidentes, honorários advocatícios e periciais, observando-se os seguintes descontos mínimos:

I – 10% (dez por cento), para as execuções cujo valor seja de até R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais);

II – 20% (vinte por cento), para as execuções cujo valor seja de R\$ 25.000,01 (vinte e cinco mil reais e um centavo) a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);

III – 25% (vinte e cinco por cento), para as execuções cujo valor seja de R\$ 50.000,01 (cinquenta mil reais e um centavo) a R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais);

IV – 30% (trinta por cento), para as execuções cujo valor seja de R\$ 75.000,01 (setenta e cinco mil reais e um centavo) a R\$ 100.000,00 (cem mil reais);

V – 40% (quarenta por cento), para as execuções cujo valor seja superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Parágrafo único. Admite-se, em qualquer hipótese, a apresentação de desconto em seu grau máximo de 40% (quarenta por cento).

Art. 3º Para a realização do acordo será observada a ordem cronológica dos precatórios estabelecida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.



MUNICIPIO DE RANCHO ALEGRE

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ Nº. 75.829.416/0001-16

Avenida Brasil, 256 – Centro – CEP 86290-000 - Rancho Alegre-PR.

Art. 4º A convocação dos interessados dar-se-á por edital, com prazo mínimo de 3 (três) dias, observando-se as seguintes disposições:

I – o edital deverá informar o desconto requerido pelo Município de Rancho Alegre;

II – será dada publicidade por meio de aviso no Diário Oficial do Município e no Diário da Justiça Eletrônico do Poder Judiciário do Estado do Paraná, sem prejuízo da intimação nos autos do precatório.

Art. 5º A aceitação dos termos do acordo dar-se-á por meio de petição formulada pelo credor nos autos do precatório judicial, sendo a ausência de manifestação no prazo de convocação presumida como falta de interesse na realização do acordo.

Art. 6º Manifestada a aceitação, a Procuradoria do Município realizará carga dos autos para conferência dos valores, na forma do artigo 26, deste Decreto.

Art. 7º Os precatórios da Administração Direta serão pagos pelos valores indicados na planilha de que trata o artigo 26, que será juntada aos autos judiciais para conhecimento do credor.

Art. 8º Nenhum pagamento será efetuado sem que os credores de precatórios da Administração Direta informem nos autos judiciais o número de sua inscrição no CPF ou CNPJ, no Registro Geral – RG, no PIS/PASEP, o número e série de sua CTPS, a data de nascimento e o endereço atualizado.

Parágrafo único. Em se tratando de credores de honorários sucumbenciais ou periciais, deverão ser informados o número do CPF ou CNPJ, a data de nascimento e o endereço atualizado.

Art. 9º Os acordos diretos firmados na forma do presente título deste Decreto, em sede de precatório e diretamente perante o Poder Judiciário, independem da atuação da Câmara de Conciliação de Precatórios, podendo ser celebrados, diretamente, por Procurador Municipal devidamente autorizado via instrumento de mandado especial.

TÍTULO III

DO ACORDO DIRETO EM PRECATÓRIO FIRMADO PELA CÂMARA DE CONCILIAÇÃO DE PRECATÓRIOS

Art. 10 Além dos acordos diretos firmados em sede de processo de precatório, na forma em que delineado nos artigos 02 a 09 do presente Decreto, a Câmara de Conciliação de Precatórios, instituída no Município de Rancho Alegre, fica também autorizada a celebrar acordos diretos com credores de precatórios da Administração Direta e Indireta, com o desconto de até 40% (quarenta por cento) sobre o valor devido e atualizado do crédito, incluídas as contribuições previdenciárias e outros tributos porventura incidentes, honorários advocatícios e periciais, observando-se os seguintes descontos mínimos:

I – 15% (quinze por cento), para as execuções cujo valor seja de até R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais);



MUNICIPIO DE RANCHO ALEGRE

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ Nº. 75.829.416/0001-16

Avenida Brasil, 256 – Centro – CEP 86290-000 - Rancho Alegre-PR.

II – 20% (vinte por cento), para as execuções cujo valor seja de R\$ 25.000,01 (vinte e cinco mil reais e um centavo) a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);

III – 25% (vinte e cinco por cento), para as execuções cujo valor seja de R\$ 50.000,01 (cinquenta mil reais e um centavo) a R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais);

IV – 30% (trinta por cento), para as execuções cujo valor seja de R\$ 75.000,01 (setenta e cinco mil reais e um centavo) a R\$ 100.000,00 (cem mil reais);

V – 40% (quarenta por cento), para as execuções cujo valor seja superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Parágrafo único. Admite-se, em qualquer hipótese, a apresentação de desconto em seu grau máximo de 40% (quarenta por cento).

Art. 11. Para a realização do acordo será observada a ordem cronológica dos precatórios estabelecida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Art. 12 . Compete à Câmara de Conciliação de Precatórios, prevista no artigo 102, § 1º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, e na Lei Municipal nº 408/2019, compor acordo direto com os credores, para o pagamento de precatórios devidos pelo Município de Rancho Alegre, com os seguintes requisitos:

I - sugerir a edição, elaboração do ato convocatório dos credores de precatório e a(s) data(s) da(s) sessão (ões) de conciliação, com sua publicação por edital;

II - receber e analisar as propostas de habilitação protocolizadas que manifestaram interesse na conciliação, verificando seus aspectos formais e materiais para elaborar a lista de habilitação e classificação de credores, conforme os critérios do Edital;

III - providenciar a publicação do resultado das sessões e da lista de credores, com a ordem de classificação, eventuais critérios de desempate considerados e menção das propostas inabilitadas, no Diário Oficial ou outro meio previsto no Edital;

IV - decidir as impugnações ou reclamações à recusa de habilitação, indeferimento do processamento ou recusa da proposta, nos termos do Edital ou legislações aplicáveis;

V - inabilitar as propostas, revogar habilitação, deferir ou indeferir o processamento dos pedidos, recusar ou tornar sem efeito o acordo em caso de constatação de irregularidades relativas à ilegitimidade do habilitante ou outros pressupostos essenciais referente ao crédito;

VI - elaborar o termo de transação, que será firmado pelas partes e homologado, por fim, pelo juízo responsável pelo pagamento;

VII - encaminhar à Diretoria de Execução de Precatórios do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná a lista de propostas habilitadas, com ordem de classificação, para conferência e autorização do (s) pagamento (s); e

VIII - dirimir conflitos e questionamentos relacionados à conciliação de precatórios, bem como deliberar e decidir sobre casos omissos não previstos no Edital, podendo recorrer aos órgãos competentes da administração Municipal para orientação e subsídios técnicos para amparar suas decisões.



MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ Nº. 75.829.416/0001-16

Avenida Brasil, 256 – Centro – CEP 86290-000 - Rancho Alegre-PR.

Art. 13. A Câmara de Conciliação de Precatórios, presidida pelo Prefeito e/ou integrante da Procuradoria do Município, será composta pelos seguintes membros, nomeados mediante portaria expedida pelo Chefe do Poder Executivo Municipal:

I – um representante titular e respectivo suplente, ambos da Procuradoria Jurídica do Município – PJM/VV;

II – um representante titular e respectivo suplente, ambos da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento – SEMAP.

Parágrafo único. No impedimento ou ausência do Presidente da Câmara de Conciliação, a função será exercida por seu respectivo suplente, também integrante da Procuradoria Jurídica do Município.

Art. 14. A convocação dos credores de precatórios far-se-á por meio de edital de convocação expedido pela Câmara de Conciliação de Precatórios com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da sessão de conciliação, bem como será encaminhado ao Tribunal de Justiça do Paraná – Central de Precatórios – Divisão de Controle de Contas Especiais para conhecimento e fixará:

I - os critérios de ordenamento das propostas e de desempate;

II - os requisitos, o procedimento e o prazo para apresentação das propostas dos credores de precatório; e

III – o percentual de desconto que pode ser oferecido aos interessados.

§ 1º O edital deverá assegurar a plena acessibilidade a todos os credores municipais, contando com adequada divulgação.

§ 2º A proposta de acordo deverá ser feita pelo advogado constituído nos autos, por requerimento protocolado ou por meio virtual previsto no edital, com juntada de procuração específica para fins de celebração de acordo, nos termos da Emenda Constitucional nº. 62/09.

§ 3º Deverão constar da proposta de acordo o número da ordem cronológica, o nome e a qualificação de todos os credores do precatório, dos cessionários ou sucessores “*causa mortis*”, bem como a concordância do credor com a retenção dos tributos e demais encargos devidos pelo Juízo da Execução, quando do levantamento do valor.

Art. 15. A aceitação dos termos do acordo dar-se-á por meio de petição apresentada no Protocolo-Geral da sede do Município de Rancho Alegre que a encaminhará à Câmara de Conciliação de Precatórios, que determinará sua junção em processo administrativo único para cada período de convocação dos interessados.

Art. 16. Manifestada a aceitação, a Procuradoria Jurídica do Município realizará carga dos autos do processo de precatório, para conferência dos valores, na forma do artigo 26, deste Decreto.



MUNICIPIO DE RANCHO ALEGRE

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ Nº. 75.829.416/0001-16

Avenida Brasil, 256 – Centro – CEP 86290-000 - Rancho Alegre-PR.

Art. 17. Se os valores dos créditos habilitados forem superiores ao valor disponível para celebração dos acordos, os credores serão ordenados de acordo com um ou mais critérios de desempate fixados no edital, dentre os abaixo enumerados:

I - portadores de doença grave nos precatórios alimentares e, nesses, por ordem cronológica do precatório;

II - maiores de 60 (sessenta) anos nos precatórios alimentares e, nesses, por ordem cronológica do precatório;

III - ordem cronológica do precatório.

Art. 18. Concluída a verificação dos pedidos, a Câmara de Conciliação de Precatórios indicará, no prazo e em atenção ao ordenamento e aos critérios de desempate indicados no edital, as propostas contempladas, observados os limites de disponibilidade financeira existentes na conta especial do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Art. 19. Caberá à Câmara de Conciliação de Precatórios emitir manifestação sobre a concretização ou não do acordo direto com o credor interessado.

Parágrafo único. A manifestação será encaminhada ao Procurador do Município, a quem compete deferir ou indeferir o requerimento.

Art. 20. Estando o precatório apto à conciliação, a proposta de acordo será formalizada, constando:

I - a identificação do precatório que consubstancia o crédito;

II - a qualificação das partes acordantes;

III - o valor bruto apurado, o valor conciliado, os descontos legais incidentes e o valor líquido a ser pago ao credor; e

IV - a previsão expressa de renúncia a qualquer discussão acerca dos critérios de cálculo do percentual apurado, do valor devido ou dos descontos incidentes e de que o pagamento importará quitação integral da dívida objeto da conciliação em caráter irrevogável e irretratável.

§ 1º A proposta será enviada ao endereço eletrônico do credor indicado no formulário para manifestação de interesse, com confirmação de leitura.

§ 2º Considerar-se-á realizada a intimação do credor no dia da confirmação de leitura da proposta.

§ 3º Não ocorrendo a hipótese prevista no parágrafo anterior, considerar-se-á realizada a intimação no dia do término do prazo de 10 (dez) dias corridos contados da data do envio eletrônico da proposta

Art. 21. O resultado será divulgado no meio de comunicação oficial do Município ou, na sua ausência, no Diário Oficial do Estado do Paraná.

Art. 22. Uma vez formalizado, o instrumento de conciliação será levado à chancela do Procurador do Município e à homologação do Juízo responsável pelo pagamento do precatório do respectivo Tribunal, até o limite dos recursos que estiverem disponíveis para pagamento nas contas abertas para tal finalidade, conforme determina o artigo 97, §§ 4º e 8º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal.



MUNICIPIO DE RANCHO ALEGRE

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ Nº. 75.829.416/0001-16

Avenida Brasil, 256 – Centro – CEP 86290-000 - Rancho Alegre-PR.

Parágrafo único. O cumprimento das condições avençadas no acordo está condicionado à homologação do acordo pelo Juízo competente, que promoverá a conferência, autorizará o pagamento e a quitação dos precatórios ou créditos individualizados, aplicando-se o deságio fixado, efetivando o adimplemento das propostas no limite do valor disponível para acordo, conforme estipulado no edital de convocação.

Art. 23. Os precatórios da Administração Direta e Indireta serão pagos pelos valores indicados na planilha de que trata o artigo 26, que será juntada aos autos administrativos e judiciais para conhecimento do credor, no prazo de trinta dias, após a referida homologação.

TÍTULO IV **DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 24. Poderão celebrar o acordo direto os credores originais dos precatórios, bem como seus cessionários e sucessores *causa mortis*, desde que comprovem que houve pedido de habilitação nos autos judiciais, devidamente homologado pelo juízo competente.

Parágrafo único. O credor deverá se fazer acompanhar por advogado regularmente constituído nos autos judiciais.

Art. 25. O precatório cuja exigibilidade ou validade dos títulos ou seus valores estejam sendo questionadas administrativa ou judicialmente não será objeto de proposta de acordo, ainda que constante da lista de precatórios em ordem cronológica por força de decisão judicial ou administrativa.

Art. 26. Nas execuções com pluralidade de credores ou de sentença coletiva poderá haver acordo direto com credores individuais.

Parágrafo único. Não se admitirá acordo sobre parte do valor devido a um mesmo credor em determinado precatório, devendo o ato abranger a totalidade do respectivo crédito.

Art. 27. Os honorários de sucumbência e os honorários contratuais poderão ser objeto de acordo em separado, com a anuência expressa do advogado.

Art. 28. Antes do efetivo pagamento, todos os precatórios da Administração Direta e Indireta terão os seus cálculos previamente analisados pelo Município de Rancho Alegre, que elaborará planilha de cálculos individualizada, por credor, com valores discriminados de todas as parcelas que compõem a execução, inclusive, eventuais contribuições previdenciárias e fiscais.

Art. 29. Aprovado o acordo, será requerida a sua homologação judicial e a transferência, pelo Tribunal de Justiça, dos recursos depositados em conta especial a que se refere o art. 97, §8º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT.



MUNICIPIO DE RANCHO ALEGRE

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ Nº. 75.829.416/0001-16

Avenida Brasil, 256 – Centro – CEP 86290-000 - Rancho Alegre-PR.

Art. 30. A celebração de acordo não dispensa o cumprimento, pelo credor, dos requisitos legais exigidos para o levantamento da quantia depositada.

Art. 31. Quando do levantamento do montante, devem ser observadas as regras fixadas referentes às retenções e aos recolhimentos, cabendo ao Tribunal, ao proceder o pagamento ao credor, reter os tributos e contribuições devidos, bem como efetuar o recolhimento dos encargos decorrentes do pagamento, com a consequente extinção da execução de origem do precatório em relação ao credor pago.

Art. 32. Nos termos do art. 105 do ato das disposições constitucionais transitórias, fica autorizada a compensação de precatórios de responsabilidade do Município de Rancho Alegre, com créditos de natureza tributária ou de outra natureza inscritos na dívida ativa do Município até 31 de dezembro de 2018, observados os termos e condições estabelecidos nesta Lei.

Art. 33. A compensação de créditos de precatórios com débitos inscritos em dívida ativa será feita mediante habilitação dos credores originários e/ou cessionários precatórios não pagos e requisitados junto ao Município.

§ 1º. Sendo o valor do precatório, maior que o da dívida compensada, o saldo permanecerá inscrito na ordem cronológica de apresentação dos precatórios, podendo ser objeto de acordo, nos termos do artigo primeiro desta Lei.

§ 2º O pedido de compensação abrangerá os débitos do requerente, de natureza tributária ou de outra natureza, que tenham sido inscrito na dívida do Município até a data prevista do artigo oitavo desta Lei.

§ 3º O requerente poderá requerer a compensação de precatório, com dívida ativa de sua titularidade e/ou de terceiros, devendo apresentar termo de formalização da transferência da dívida ativa, para os fins desta Lei, assinado e com firma reconhecida do devedor originário;

§ 4º O pedido de compensação importará em confissão irrevogável e irretratável dos débitos inscritos em dívida ativa, e expressa renúncia a qualquer defesa, recurso administrativo ou ação judicial, bem como desistência dos já interpostos, com renúncia ao direito que se funda a ação, relativamente aos débitos fiscais incluídos no pedido por opção do requerente;

§ 5º Estando ajuizada a dívida ativa, a compensação dependerá de quitação por parte do interessado, das custas processuais e honorários advocatícios.

Art. 34. Nos acordos de que resultar o pagamento de direitos sujeitos à incidência de contribuição previdenciária, os valores deverão ser contemplados nos termos de acordo sujeitos à homologação judicial e deverão ser retidos e recolhidos ao Instituto Nacional de Seguridade Social.

Art. 35. O pagamento importará em plena, geral e irrevogável quitação integral do débito conciliado e renúncia a qualquer discussão acerca dos critérios de cálculo do percentual apurado e do valor devido.

Art. 36. O acordo poderá não produzir efeitos se constatadas irregularidades relativas à legitimidade do habilitante ou a outros pressupostos essenciais ligados ao respectivo crédito.



MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ Nº. 75.829.416/0001-16

Avenida Brasil, 256 – Centro – CEP 86290-000 - Rancho Alegre-PR.

Art. 37. Não aceitando, o credor, os valores propostos pelo Município de Rancho Alegre, o precatório retorna à ordem cronológica de pagamentos fixada pelo respectivo Tribunal, nos termos do artigo 97, §6º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal de 1988, não impedindo o prosseguimento, via acordo direto, dos pagamentos dos precatórios posteriores.

Art. 38. As despesas com a execução deste decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 39. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se.
Registre-se.
Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito do Município de Rancho Alegre, Estado do Paraná, aos oito dias do mês de março de 2019.

FERNANDO CARLOS COIMBRA
Prefeito